

José Raimundo Oliveira Lima¹
Isabela Oliveira Silva²

Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local

RESUMO

Esta pesquisa discute a articulação local em prol de outra perspectiva de desenvolvimento, aquela em que o associativismo e o cooperativismo se mostram como elementos que compõem arranjos estratégicos que se consubstanciam não necessariamente atrelados ao crescimento econômico. Com efeito, inferimos como resultado que o desenvolvimento local articula-se a outras dimensões da vida sem necessariamente obedecer a uma hierarquia macroeconômica. Observamos um ambiente de debate confuso, impregnado de vínculos e vícios que se postam nas discussões sobre desenvolvimento, direcionando-o a apenas a perspectiva econômica e, não raro, atrelando-o à necessidade premente do crescimento a sua frente. Em nossa abordagem ele não logra essa posição, porque se constitui em arranjos sem ênfase nem no individualismo nem na competitividade, mas, articulado pelo associativismo e cooperativismo como elemento estratégico para essa dimensão da vida local.

Palavras-chave

Desenvolvimento Local; Associativismo; Cooperativismo.

ABSTRACT

This research discusses the local articulation in favor of another development perspective, one in which associativism and cooperativism show themselves as elements that make up strategic arrangements that are not necessarily linked to economic growth. In effect, we infer as a result that local development is linked to other dimensions of life without necessarily obeying a macroeconomic hierarchy. We observed a confusing debate environment, impregnated with bonds and vices that arise in discussions about development, directing it to only the economic perspective and, often, linking it to the pressing need for growth in front of it. In our approach, he does not achieve this position, because it constitutes arrangements without emphasis on individualism or competitiveness, but articulated by associativism and cooperativism as a strategic element for this dimension of local life.

Keywords

Local Development; Associativism; Cooperativism.

1. Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado do Bahia (UNEB) - E-mail: zeraimundo@ufes.br
2. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) - E-mail: isabelabarretodeoliveira@gmail.com

Introdução

Na história recente, têm se tornado comuns discussões a respeito das definições e compreensões referentes aos conceitos atribuídos ao desenvolvimento. Polissêmicas abordagens surgem sobre o que se poderia entender quanto às ideias desenvolvimentistas que se multiplicam partindo de diferentes aspectos: social, educativo, identitário, econômico, sustentável, local, entre outros.

Com efeito, uma discussão ainda atual se estabelece entre insistentes confusões de conceitos e definições sobre o desenvolvimento e crescimento econômico. Nesse sentido, ainda consistem dificuldades na abordagem e implementação sobre a ideia de um desenvolvimento que não necessariamente tenha foco e visão apenas no aspecto econômico, como acontece com as teorias de crescimento. Há, no entanto, uma correlação entre os diferentes tipos de desenvolvimento e sua perspectiva econômica, mas não necessariamente esse campo deve ser o de maior contemplação. Enquanto o crescimento está apostando numa perspectiva restritamente econômica, o desenvolvimento se preocupa com os aspectos qualitativos que perpassam ou transcendem essa concepção um tanto quanto polissêmica, reconhecemos.

Nessa esteira, é preciso entender que, ao debater e defender teorias desenvolvimentistas, estará em jogo uma perspectiva que classifica o econômico como uma ferramenta de apoio, por vezes central, em que o aspecto desenvolvimentista não terá a preocupação exclusiva de atender a quantitativos, valores e estatísticas, mas de articular-se para que contextos e realidades históricas, totais, contraditórias e plurais com problemas e dificuldades tenham acesso e possibilidades alternativas. É nesse diálogo de dinâmica e ressignificação que o conceito de desenvolvimento irá se estabelecer nas nossas reflexões ao longo deste artigo.

Assim, esta pesquisa traz à baila uma abordagem específica e diferenciada, em que pese essa matriz desenvolvimento sobre desenvolvimento local que, de forma mais precisa, tenta tratar de aspectos mais articuladores, regionalizantes e territoriais, em que se verificam possibilidades de dinamismo dentro de uma lógica articulada que esteja de acordo com a realidade geral, mas também no contexto de determinado lugar, especialmente, em uma perspectiva endógena e orgânica.

O desenvolvimento local se traduz na perspectiva de que haja uma melhor articulação sem que se percam as características próprias do lugar, a sua história, sua cultura, bem como diversas outras dimensões de vida, conforme discute Lima (2016).

Em uma perspectiva de proximidade das abordagens, Oliveira, Silva e Lovato (2014), por sua vez, defendem que o desenvolvimento local pode ser entendido como uma organização com planejamento voltado para o aspecto social, visando à redução dos índices de pobreza. Não se trata, portanto, de atender apenas as demandas materiais, mas de poder trabalhar as qualidades locais, gerando um desenvolvimento que integre e ressalte os atributos endógenos.

Nesse contexto, esta pesquisa objetiva discutir a articulação local em prol de uma outra perspectiva de desenvolvimento, aquela em que o associativismo e o cooperativismo mostram-se como elementos que compõem arranjos estratégicos que consubstanciem essa dimensão de vida.

Metodologicamente, o trabalho sustenta-se em referências da área, debatidas em disciplinas da graduação, articuladas à mesma temática no programa de pós-graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, bem como no Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (Geposdel). Nessa perspectiva, este artigo se estrutura, além desta introdução e das considerações finais, nos eixos: i) desenvolvimento local: conceitos e definições; ii) aspectos da dinâmica local e, iii) associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local.

Pretendemos mostrar como resultados deste trabalho que o desenvolvimento local articula-se a outras dimensões da vida sem necessariamente obedecer a esta hierarquia econômica. Entretanto, nossa primeira intensão é “limpar” o ambiente confuso de debate impregnado de vínculos que sempre se postam nas discussões sobre desenvolvimento, direcionados apenas à perspectiva econômica e, não raro, atrelando-se à necessidade de vínculos com os aspectos do crescimento.

Com efeito, pretendemos ainda apontar elementos que nos levem a pensar que o desenvolvimento local pode ser articulado a diversas outras dimensões da vida, inclusive por vias de uma economia popular e solidária conforme discute Lima (2017). Assim, embora o desenvolvimento possa ser compreendido e, em geral o é, como uma categoria entre tantas outras de desenvolvimento, nesta abordagem, ele não logra essa posição porque pode se constituir em um arranjo sem ênfase nem no individualismo nem na competitividade, mas articulado pelo associativismo e cooperativismo como elementos estratégicos para essa dimensão da vida local.

Desenvolvimento local: conceitos e definições³

A discussão sobre o que se entende por desenvolvimento vem se estabelecendo ao longo do tempo, apesar das divergências cada vez mais tênues sobre uma definição de unidade conceitual e consensual a esse respeito.

As divergências podem ser explicadas pelo teor que ainda é atribuído aos debates que envolvem desenvolvimento, em que são tratadas mais pontualmente as questões econômicas, que, dessa forma, se sobressaem a qualquer outra pauta. Assim, limitam-no ou a uma etapa/estágio dentro da lógica de crescimento econômico ou mesmo a um conceito sinônimo a este. É esta ordem estabelecida que pretendemos, de certa forma, negar, discutir e, por vezes, apresentar a ela contrapontos e reflexões.

Nessa esteira, mesmo que mais recentemente tenha se fragmentado, sido contraposta e criticada, essa aproximação entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento ainda persiste.

Bresser-Pereira (2008) é um dos defensores de que não há muita lógica em se desassociar os conceitos de crescimento e desenvolvimento. Assim, ele explica que

distinguir crescimento de desenvolvimento econômico no plano histórico só faz sentido a partir de uma perspectiva teórica que supõe possível e frequente o aumento da renda per capita sem mudanças profundas na sociedade, quando isso só pode ocorrer em situações muito particulares. Nas situações normais, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura, e das próprias estruturas básicas da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 4).

De acordo com essas ideias, as mudanças necessárias para o aumento de produtividade são acompanhadas, geralmente, por mudanças também nas instituições e na estrutura da sociedade. O que, inevitavelmente, promoveria seu desenvolvimento.

3. Conceito - aquilo que a mente concebe ou entende: uma ideia ou noção, representação geral e abstrata de uma realidade. Pode ser compreendido também como uma unidade semântica, um símbolo mental ou uma "unidade de conhecimento". Definição - é um enunciado que explica o significado de um termo, que, por sua vez, pode ser definido por ter muitos sentidos diferentes e, para cada sentido, um significado que se estabelece por uma série de palavras.

De maneira contraposta, Scatolin (1989, apud OLIVEIRA, 2002) mostra como o desenvolvimento vem sendo associado e até mesmo confundido com outros conceitos, entre eles progresso, industrialização, crescimento – este último prevalecendo –, que, para o autor, deveriam ser apenas pontos de partida para o caminho seguir em busca do desenvolvimento. Verifica-se que por si sós não dariam conta de assumir a identidade do termo.

Oliveira (2002) ainda afirma que muitas referências emergentes atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos (substratos gerados do trabalho e de todos) são distribuídos.

Percebe-se, entretanto, neste debate, o peso da ideia de pertencimento e simultaneamente repulsão que um conceito tem sobre o outro. Ao mesmo tempo que o crescimento econômico se estabelece como suporte ou instrumento necessário para o alcance do desenvolvimento, entende-se que este se afasta das ideias desenvolvimentistas ao “desumanizar” a identidade de uma sociedade desenvolvida, não incluindo os fatores ou atributos sociais nesse “desenvolvimento”.

Dessa forma, tende-se à camuflagem e pouca exploração das questões sociais, em que se protagoniza a vocação pela melhoria dos indicadores econômicos, enquanto indicadores sociais que avaliam a qualidade de vida das pessoas são colocados em segundo plano e distantes de uma avaliação mais sensível pelos sujeitos sociais. Além disso, a interpretação de identidade entre os termos faz com que o ideal de desenvolvimento de uma sociedade não seja compreendido como devido.

O conceito de desenvolvimento começou a ser mais robusto a partir do século XX. A literatura aponta que uma definição mais aproximada e referencial para o que se tem hoje começou a ser articulada após a Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou um processo de conscientização a partir dos efeitos do crescimento econômico sobre a vida humana (OLIVEIRA, 2002). Isso porque o cenário comum era de fortes perdas econômicas e sociais, que alcançaram a maioria dos envolvidos: forte desemprego, instabilidade econômica, dificuldades sanitárias, perda da qualidade de vida das pessoas, entre tantas outras.

É nesse contexto que surge na ciência econômica um campo de conhecimento com a finalidade de observar, descrever e explicar o fenômeno do desenvolvimento denominado de Economia do Desenvolvimento. Com o surgimento desse campo, o desen-

volvimento passa a ser objeto específico de investigação (SANTOS *et al.*, 2012), em especial, com maior peso político-econômico.

A partir daí passou-se a entender que não seria suficiente tratar apenas dos problemas econômicos das nações envolvidas direta e indiretamente nos conflitos, mas que seria necessário, principalmente, repensar políticas de promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estas deveriam ser socialmente amparadas, e o Estado é quem deveria assumir esse papel mais que qualquer outro agente político-econômico-social. Mais que emprego e estabilidade, emerge a necessidade de avançar nos direitos à vida com melhor qualidade.

Nessa perspectiva, temos contribuições da literatura:

A retomada do pensamento de Hirschman nas discussões sobre desenvolvimento também está associada à sua preocupação com a questão da equidade social. Enquanto uma parcela expressiva da economia do desenvolvimento insistia na necessidade da manutenção de taxas elevadas de crescimento econômico a qualquer custo [...] e os teóricos da dependência apenas revelavam seu pessimismo com as virtudes da industrialização em contextos de subdesenvolvimento, Hirschman mostrava-se particularmente otimista com os rumos da modernidade, mas atribuía ao Estado a função de coordenar o desenvolvimento visando a garantir que a busca pela equidade se constituísse em um componente indissociável desse processo. Levando-se em conta que, segundo Hirschman, o crescimento econômico é inexoravelmente criador de desigualdades, é mister que alguém – o Estado – execute escolhas que favoreçam os desfavorecidos. Isso demanda soluções antagônicas. Mas, é papel do Estado gerir uma cadeia de desequilíbrios, tratando desigualmente os desiguais (NIERDELE; CARDONA; FREITAS, 2016, p. 39).

Na formulação conceitual de Celso Furtado, é defendido que:

Embora reconheça a necessidade de crescimento econômico para gerar desenvolvimento, [...] crescimento econômico, por si só, não é capaz de gerar desenvolvimento, se este não vier acompanhado de uma mudança no âmbito dos valores e da cultura (CASSOL; NIERDELE; 2016, p. 34-35).

Observa-se que o século XX foi marcadamente configurado por uma reformulação do que deveria ser entendido por desenvolvimento. A discussão sobre a pauta do desenvolvi-

mento envolvia uma análise sobre novos padrões de vida a nível mundial, permitindo a criação de órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU), que, a partir da elaboração do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), formulou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que viria a ser o parâmetro de avaliação social dos países, se tornando uma das referências na coordenação de ações sociais e políticas que promovessem igualdade social a nível mundial. Assim, se verifica que:

Temas como desigualdade, distribuição de renda e reforma agrária vieram à tona com relativa força e passaram a demandar um novo padrão de desenvolvimento, uma vez que aquele até então perseguido apenas tornava mais crítica a já assombrosa heterogeneidade social (CASSOL; NIERDELE; 2016, p. 35).

Com isso, é possível compreender que:

O conceito de desenvolvimento é ao longo do tempo cada vez mais elaborado e sistematizado por vários campos do conhecimento científico (economia, sociologia, antropologia, ecologia), sendo colocado como um estado, um processo, um bem-estar, um progresso, um crescimento econômico, um crescimento humano e/ou um equilíbrio ecológico. O desenvolvimento, desta forma, apresenta-se como uma rede de conceitos que podem estar diretamente associados ao conjunto de adjetivos traduzidos em expressões como local, integrado, sustentável, territorial, bem como endógeno e exógeno, a depender das forças propulsoras (internas ou externas), global, regional, local, da escala geográfica e ainda humana, econômico, político, ambiental, a depender das dimensões sociais (SANTOS *et al*, 2012, p. 50-51).

Das diferentes perspectivas trazidas à baila e relacionadas ao desenvolvimento, no aspecto local, essa é a discussão que vem sendo diagnosticada e verificada em muitos trabalhos recentes, especialmente a partir da década de 1990.

Trazer a discussão local entre tantas outras as quais o desenvolvimento se insere propõe fortalecer a ideia de que há diferentes formas e diferentes objetos propícios aos pressupostos do desenvolvimento. E, mais que isso, mostra como a discussão em torno do “local” tem sua contribuição e relevância para caracterizar os aspectos territoriais e regionais dentro desse debate, de forma a integrá-los e serem repensados enquanto ambiente e espaço de incubação para o desenvolvimento.

O debate acerca do desenvolvimento local se distancia do entendimento que se tem sobre o desenvolvimento global. Isso porque o local “envolve dimensões políticas, relações complexas de poder, diferenças culturais e frequentemente a tradicional resistência à mudança, à modernização” (DOWBOR; POCHMANN, 2010, p. 8), enquanto o desenvolvimento articulado aos padrões de globalização está inserido em debates menos contextualizados e mais generalizados, tirando, inclusive, a relevância de aspectos específicos das localidades.

A chave que move a dinâmica local está vinculada em grande medida à promoção da democracia, não somente por meio do sentimento de pertencimento, mas principalmente de empoderamento dos agentes locais. A articulação conjunta da população, entidades locais, instituições públicas e privadas, determina o grau de protagonismo da comunidade local sobre o formato de dinâmica local que deve ser definido. Esse debate de interesses e políticas permitido a todos, sem nenhum tipo de submissão ou veto da fala, é que possibilita uma perspectiva de desenvolvimento do local.

Destaca-se, assim, a necessidade de que a condução dos processos de desenvolvimento seja coprotagonizada pelos vários atores que constroem as relações locais – e não apenas ou centralmente pelos atores institucionais (SILVEIRA, 2010, p. 47).

É relevante identificar que a concepção de desenvolvimento local também é expressa como alternativa às crises sofridas pelo capitalismo a partir da década de 1970, com o devido reconhecimento somente nos anos 1990 através da constituição de políticas envolvendo o poder público e os agentes locais, sendo possível articularem-se dentro da logística proposta a partir do “local” (LIMA; LIMA, 2016).

Portanto, o desenvolvimento local pode ser redimensionado como um projeto de sociedade que esteja atenta às peculiaridades regionais/locais, numa logística que se configure, principalmente, pela amenização dos percalços sociais e, de maneira criativa, possibilite um universo com oportunidades menos desiguais e mais humanitárias, de forma a considerar o planejamento como um processo endógeno, com participação ativa dos agentes locais, apoiados pelas parcerias diversas, movimentos sociais e entidades/instituições estratégicas.

Como explicam Silva, Takagi e Santos (2010, p. 167)

O conceito de desenvolvimento territorial e/ou local pressupõe a existência de mecanismos endógenos ao lugar – onde se realiza a atividade produtiva – que possibilitem a agregação de valor a partir da mobilização de recursos ociosos ali disponíveis ou de uma alavancagem das potencialidades existentes (2010, p. 167).

Dito isso, compreende-se a proposta de fortalecer a dinâmica local por meio de seus próprios atributos. Ou seja, um desenvolvimento promovido de dentro para fora. Realçando suas próprias competências.

Assim, considera-se que a definição de um desenvolvimento que tem propostas mais direcionadas e seletivas, que se adequem e se manifestem de acordo ao ambiente em que esteja inserido, é de suma importância para uma melhor dinâmica local. Entendendo com isso a relevância do papel que uma articulação endógena possui dentro desse processo sócio-histórico.

Aspectos da dinâmica local

O conceito de desenvolvimento local é adaptado e readequado constantemente. Paula (2008) traz sua contribuição com uma nova abordagem: o desenvolvimento local integrado e sustentável (Dlis). Nele, revelam-se aspectos de uma dinâmica em que:

O sentido do desenvolvimento deve ser o de melhorar a qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), todas as pessoas (desenvolvimento social), as pessoas que estão vivas hoje e as que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável) (PAULA, 2008, p. 6).

Como já discutido, o desenvolvimento constituído no âmbito regional/local será identificado numa dinâmica de protagonismo da participação civil em sua organicidade, identificando-se assim uma “governança” local.

Nesse sentido, entendendo o “local” não como um parâmetro, mas uma construção, o desenvolvimento local pode ser interpretado como um processo de reconhecimento territorial, no qual a população é o sujeito ativo que define e constrói o local a partir da identificação de suas particularidades. “É também nesse sentido que o

desenvolvimento local é entendido como processo construído ‘de baixo para cima’ e ‘de dentro para fora’” (SILVEIRA, 2010, p. 49).

Com isso, aponta-se que:

O conceito de local ou regional deve considerar dois aspectos. Inicialmente, a região deve ser restrita para que a sociedade de sua abrangência tenha características culturais econômicas comuns, que tenha sentido de “pertencimento”, enfim, para que seja possível a criação de relações estruturadas sinérgicas e em sintonia com os interesses coletivos. Ao mesmo tempo, o local ou a região deve ter uma abrangência suficiente para que em seu interior existam instituições, fatores de complexidade e oportunidades de cooperação e parcerias suficientes para implementar os projetos e ações com impacto sobre a qualidade de vida da sociedade. O tamanho ideal do território fruto do projeto de desenvolvimento precisa ser definido em função dos fatores prioritários de ação e da densidade do capital social presente (PIRES, 2010, p. 109-110).

Assim, entende-se que não há uma definição territorial preconcebida atribuída ao “local”. O local identificado será definido de acordo com os objetivos das políticas propostas e dos interesses da sociedade civil e das entidades/instituições públicas-privadas envolvidas no projeto. “O ‘local’ é entendido aqui como qualquer recorte sócio-territorial delimitado a partir de uma característica eletiva definidora de identidade” (PAULA, 2008, p. 11).

É importante, dentro desta discussão, abordar a questão das relações, que têm em sua essência uma identificação com a organicidade e dinâmica local, elementos fundamentais na construção social de um projeto de desenvolvimento local. As relações locais e de confiança se expressam através da dinâmica que é estabelecida ou ainda, por vezes, estabelece-se uma nova dinâmica local. É alcançada pela articulação da sociedade com as entidades, movimentos sociais e parcerias, ou seja, uma rede de relacionamentos e apoios que pode avançar em um pensamento sobre o desenvolvimento local.

Portanto, identificam-se relações cooperativas e associativas sociais como:

Produto da confiança e da cooperação entre os atores sociais, que lhes confere organização, capacidade de participação e empoderamento. O desenvolvimento, de certa forma, é produto do capital social (PAULA, 2008, p. 8).

Um dos principais elementos que são protagonistas na articulação do desenvolvimento a nível local são as pessoas, os sujeitos revestidos de posições políticas. A relação de colaboração e cooperativismo é o que mobiliza e transforma sociedades. Esse seria o determinante em primeiro grau para um projeto de desenvolvimento profícuo. Como aponta Paula (2008, p. 10), “sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito”.

O desenvolvimento local é visualizado por intermédio de alguns pressupostos que podem explicar como a articulação e coordenação comunitárias influenciam na promoção da dinâmica local. Assim, tem-se uma ideia de como a organização social civil complementa a orientação que deve ser feita antes de implementar um projeto que tenha como objetivo o desenvolvimento local. Nesta perspectiva, Ávila (2006) nos ajuda a propor o quadro a seguir:

Quadro 1 | Pressupostos que articulam o desenvolvimento local

PRESSUPOSTO 1	Os sujeitos influenciarão direta e incisivamente nos rumos, meios e métodos de vida de cada comunidade-localidade.
PRESSUPOSTO 2	Os rumos, meios e métodos de organização e funcionamento de cada dimensão societária (local, regional e nacional) também sofrerão influências diretas e incisivas das propriedades comuns emergentes das comunidades-localidades, em termos tanto de igualdades/similitudes quanto de diferenças/peculiaridades.
PRESSUPOSTO 3	O desenvolvimento começará a se enraizar e brotar inclusive das diferenciadas maneiras de as pessoas se relacionarem de forma concreta e conciliada com o exercício de suas cidadanias em patamares individualizados, coletivo-comunitarizados e coletivo-societarizados.
PRESSUPOSTO 4	Mais cedo ou tarde, a formação da cultura de autêntico Desenvolvimento Local, no sentido de a própria comunidade-localidade se tornar paulatinamente capaz e competente de se desenvolver, acabará por desembocar na política de futuros planos macroestratégicos de desenvolvimento a partir do desenvolvimento do local, independentemente do que agora se opine ou avalie a esse respeito.

Fonte: Elaboração própria (abril, 2019).

Nos aspectos apontados, há o entendimento de que as estratégias de articulação para o desenvolvimento local se definem como uma reformulação e readaptação do que é o local, enxergando suas particularidades, entre negativismos e positivismos. O local se estabelece, então, “como espaço privilegiado de qualidade de vida, de respeito à natureza, de (re)conhecimento do outro. Em um mundo no qual a pobreza ou mesmo a miséria e a exclusão social se alastram, é fundamental preservar a identidade

local e regional” (HECK, 2010, p. 166). A partir de então, definem-se suas prioridades, o que se estabelecerá como meta de alcance ao desenvolvimento desejado. Assim, conforme Miglioli (1983), mediante um planejamento coordenado entre sociedade civil e demais entidades, sejam elas públicas ou privadas, haveria condições para alcançar algo sonhado pela sociedade/localidade.

Portanto, a definição do que é o local e do que ele deve se tornar é delimitada por pressupostos fundamentais para o desenvolvimento que deverá ser articulado a partir de elementos arranjados por princípios e práticas consubstanciadas nas estratégias de associativismo e cooperativismo conforme discutiremos na sequência deste trabalho.

Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local

Não são recentes os movimentos de unificação de interesses e os trabalhos coletivos em busca de objetivos comuns. Porém, é a partir da década de 1990, com políticas e programas institucionais de promoção do desenvolvimento local, que o movimento de associativismo e cooperativismo entre agentes comunitários (sociedade civil e organizações) ganha força e passa a ser debatido e melhor coordenado em uma perspectiva de dimensão de vida local endógena e orgânica.

O cooperativismo nasce como alternativa e ideia de combate aos determinantes do capitalismo (individualismo, competitividade, divisão do trabalho, heterogestão, entre outros) que começavam a se desenhar após uma radical transição pela qual a sociedade passava no período da Revolução Industrial (SCHALLENBERGER, 2003), uma dinâmica extremamente competitiva. Nesse momento, um ambiente de forte precarização das relações, decadência e degradação social se estabelecia.

O contexto era de um novo dinamismo econômico que não era democrático, justo nem solidário e, portanto, não era capaz de suprimir nem criar condições de sobrevivência e vida digna aos trabalhadores e demais sujeitos sociais. As condições de trabalho e vida das pessoas diretamente envolvidas nos processos organizativos de trabalho eram de uma notória decadência, e quanto às marginalizadas a esse novo sistema, a situação era assim definida:

Ocorreu, no entanto, que a lógica do capital se estabeleceu como motivação para a produção e a distribuição dos bens e das riquezas. O processo da competição e o espaço do mercado passaram a ser submetidos aos interesses do capital. A competição deixou de ser uma relação entre as economias dos interessados e passou a ser uma relação entre capital e trabalho ou uma relação de concorrência entre capitais. O capital apropriou-se do espaço da liberdade e fez valer o seu interesse: a economia da acumulação capitalista. O capitalismo acentuou o individualismo e, como consequência disso, fragilizou os laços sociais de poder dos indivíduos livres (FRANTZ, 2012, p. 29).

Nesse aspecto, o movimento de associativismo e cooperativismo emergia como necessidade de resistência ao novo sistema instaurado, configurando-se como uma estratégia de sobrevivência, readequação e construção de outras relações, até mesmo de outra economia, uma economia plural conforme discute Lima (2015).

Discuti-los é compreender que a organicidade e a defesa dos interesses comuns vêm de muito tempo atrás, são uma herança histórica. No entanto, somente foi capaz de se fortalecer em períodos mais recentes, em um contexto mais favorável e preparado para dialogar seu protagonismo, orientações e inquietações.

Os propósitos do associativismo e do cooperativismo estão interligados, e um pode ser condição para que o outro se organize e se estabeleça. O associativismo se configura como um processo de aproximação de ideais e pontos de vista diversos, mais relacionado à união de indivíduos em detrimento de uma causa, e define-se como estratégia para o fortalecimento dos laços sociais de determinado lugar, com potencial de transformação da realidade em que protagoniza.

Enquanto o cooperativismo:

pode ser conceituado como doutrina econômica que sustenta a associação livre e autônoma de pessoas, que se organizam em volta de um interesse comum, para promover solidariamente a realização de suas aspirações e a satisfação das necessidades de cada um, à medida que os objetivos e as necessidades de todos vão sendo alcançados. É um sistema de organização socioeconômica fundamentado nos princípios da adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas-partes do capital de cada associado, da distribuição equitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua (SCHALLENBERGER, 2003, p. 11).

Este cooperativismo pode ser entendido como característica de outra economia – a economia popular e solidária – como estratégia para o desenvolvimento local. Segundo Lima (2016), um formato de associativismo em estágio mais avançado, de maneira que possa ser organizado em torno de uma atividade produtiva, um projeto de desenvolvimento social e econômico, com outras possibilidades de arranjos.

Nesse contexto, cabe uma interpretação de similaridade ou imbricação entre os conceitos de cooperativismo e associativismo, no entanto, eles se diferenciam em alguns aspectos. Uma das diferenças, porém, que é possível encontrar entre estas estratégias características de organicidade social está no propósito que as compõe. Enquanto o associativismo se articula em torno de uma atividade social, o cooperativismo se propõe a fortalecer atividades produtivas, de teor fundamentalmente econômico. No entanto, estas divergências entre suas raízes não as distanciam, nem faz o elemento econômico predominante. Como dito, o cooperativismo se serve da organicidade atribuída ao associativismo e a tipologia organizativa em associação para poder também se organizar.

A associação é uma sociedade sem fins lucrativos, que tem como objetivo a implementação e defesa dos interesses dos seus associados, bem como, incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes. Já a cooperativa, é uma sociedade civil/comercial sem fins lucrativos, que viabiliza e desenvolve as atividades produtivas dos seus associados, armazena e comercializa, além de dar assistência técnica e educacional aos seus associados (MUMIC; AGUIAR; LIVRAMENTO; 2015, p. 10).

Nessa linha de pensamento, considerados elementos fundamentais para a caracterização das cooperativas, Frantz (2012) pontua a relevância integrativa dos seguintes aspectos: i) são sociedades de pessoas; ii) a associação é livre; iii) os fins são comuns; iv) o empreendimento econômico coletivo emprega os meios de todos os associados e o seu risco é também comum e, por fim; v) a ordem social e econômica da organização cooperativa se apoia não na articulação entre os seus membros, mas no entendimento, na solidariedade, com relação aos objetivos comuns.

Com efeito, visando compreender a complexidade de se discutir entre perspectivas, caminhos e relações articuladas ao desenvolvimento, segundo Amartya Sen (2000), um dos autores que se consubstancia nas discussões ao redor do progresso da huma-

nidade, a dinâmica de um desenvolvimento efetivo só se pode conceber de forma positiva, a partir da expansão das liberdades das pessoas e dos povos, ou seja, a liberdade só existe, de fato, na possibilidade de se estabelecer escolhas. Para ele, a possibilidade desse modelo afasta-se da concepção de um único modo de produzir e reproduzir a existência, ligado à industrialização e ao crescimento econômico. Sendo assim, o desenvolvimento que vivemos não é desenvolvimento, porque não nos proporciona a diversidade, a liberdade e a ampliação dela, ou seja, somos aprisionados.

Nesta esteira, as concepções tanto de associativismo quanto de cooperativismo em decorrência dos seus fortes apelos participativos, nos encaminham para a compreensão de que toda discussão sobre desenvolvimento leva à reflexão sobre um processo de evolução humana, mas, aparadas por dimensões espiritual, econômica, ambiental, entre muitos outros aspectos. Amartya Sen (2000) contribui para essa compreensão do termo desenvolvimento na medida em que defende que este conceito necessita estar fortemente alinhado à qualidade de vida, dimensão econômica, e ao fortalecimento das liberdades dos indivíduos, em especial a liberdade de participação política como central para a expansão das demais liberdades.

O associativismo, nesta articulação, como elemento e estratégia para o desenvolvimento local, tem como principal ponto de partida o foco no envolvimento político e educativo do sujeito. Ao alcançar as pessoas, estará alcançando os objetivos traçados. Assim, é por meio dos sujeitos políticos articulados em processo educativo de trabalho que se tornam tangíveis os mecanismos que podem levar o local a um nível de desenvolvimento.

O associativismo se estabelece como um estreitamento de laços e aproximação de objetivos e metas compartilhadas pelos sujeitos em processos amplos e articulados de relações de trabalho, promovendo com isso o fortalecimento dos grupos que assim e coletivamente se organizam, enquanto o cooperativismo se dá como o aproveitamento de interesses e práticas coletivas em função de um protagonismo local orgânico e endógeno.

Dessa forma, compreende-se que há uma significativa contribuição destas estratégias organizativas para um desenvolvimento local. Partindo do pressuposto de que a sociedade organizada e coordenada em propósitos comuns consegue se desenvolver coletivamente, pode-se asseverar que um ambiente associativo e cooperativo é propício para este tipo de organicidade e desenvolvimento mútuo e diferenciado, não necessariamente preso à hierarquia econômica e mais próximo das diversas dimensões da vida.

Considerações finais

Inferimos em nosso processo de pesquisa ao longo dos anos, bem como na observação sobre a percepção dos sujeitos junto aos grupos e comunidades em que desenvolvemos nossas experiências que, de alguma maneira, pôr em discussão a articulação local em prol de outra perspectiva de desenvolvimento, aquela em que o associativismo e o cooperativismo mostram-se processos políticos educativos fundamentais e apresentam-se também como protagonistas de uma clara evolução sócio-histórica daquelas localidades.

Com efeito, percebemos que esses elementos compõem arranjos estratégicos que se articulam nas/às diversas dimensões da vida – são uma realidade de empoderamento individual, coletivo e comunitário local.

Com efeito, nessa concepção de desenvolvimento, esses elementos associativos, colaborativos e solidários imbricados não precisam estar atrelados aos elementos disciplinares exclusivamente ligados ao crescimento e ao desenvolvimento exclusivamente econômico.

Assim, pretendíamos e imaginamos ter mostrado como resultados deste trabalho que o desenvolvimento local se articula a outras dimensões da vida sem necessariamente obedecer a uma hierarquia econômica. Entretanto, nossa primeira intenção foi “limpar” o ambiente confuso de debate impregnado de vínculos que sempre se postam nas discussões sobre desenvolvimento, direcionados apenas à perspectiva econômica e, não raro, atrelando-se à necessidade de vínculos com os aspectos do crescimento.

Apontamos, portanto, elementos que nos levam a pensar que o desenvolvimento local pode ser articulado a diversas outras dimensões da vida, inclusive por vias de uma outra economia. Assim, embora o desenvolvimento possa ser compreendido e, em geral o é, como uma categoria entre tantas outras de desenvolvimento, nesta abordagem ele não logra essa posição porque esperamos ter deixado claras as possibilidades de arranjos sem ênfase nem no individualismo nem na competitividade, mas articuladas pelo associativismo e cooperativismo como elementos estratégicos para essa dimensão de desenvolvimento.

Referências

- ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 8, n. 13, p. 133-140, set. 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crescimento e desenvolvimento econômico*. Publicado em: jun. 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf>. Acesso em: maio 2020.
- CASSOL, A.; NIERDELE, P. A. Celso Furtado e a Economia política do desenvolvimento latino-americano. In: NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Orgs.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: UFRG, 2016.
- DOWBOR, L.; POCHMANN, M. Prefácio. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- FRANTZ, Walter. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí: Unijuí, 2012.
- HECK, S. Políticas de emprego e inclusão social: o pão, a palavra e o projeto Políticas redistributivas de renda orientadas ao desenvolvimento local. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- LIMA, José Raimundo Oliveira. A propósito das políticas públicas: a economia popular e solidária como uma manifestação de economia política. *Argumentos*, Montes Claros, n. 10, p. 111-131, 2015.
- LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia popular e solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. *Outra Economia*, v. 10, n. 18, p. 3-17, 2016.
- LIMA, José Raimundo Oliveira. *Economia popular e solidária e desenvolvimento local: uma relação estratégica*. Feira de Santana, BA: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- LIMA, C. E. S.; LIMA, J. R. O. A contribuição da economia popular e solidária para o desenvolvimento de Feira de Santana: reflexões a partir de políticas públicas com foco no comércio popular do centro da cidade. In: LIMA, J. R. O.; PITA, F. A. (Orgs.). *A Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS e a organização de uma metodologia de incubação coletiva e autogestionária*. Feira de Santana, BA: Shekinah, 2016.
- MIGLIOLI, Jorge. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MUMIC, B.; AGUIAR, K. A. P.; LIVRAMENTO, D. E. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. *São Sebastião do Paraíso*, v. 5, n.1, dez. 2015.
- NIERDELE, P. A.; CARDONA, R. C. R.; FREITAS, T. D. Hirschman e a Economia do desenvolvimento. In: NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Orgs.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Ed. UFRG, 2016.
- OLIVEIRA, A. G.; SILVA, C. L.; LOVATO, E. L. Desenvolvimento local: conceitos e metodologias – políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. *Revista Orbis Latina*, v. 4, n. 1, p. 110-123, jan.-dez. 2014.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio-ago. 2002.

PAULA, Juarez. *Desenvolvimento local: como fazer?* Brasília: Sebrae, 2008.

PIRES, L. H. A descentralização do poder e a regionalização das soluções como instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, E. L. *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, ano 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. *Revista Mediações*, Londrina, v. 8, n. 2, p. 9-26, jul.-dez. 2003.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. G.; TAKAGI, M.; SANTOS, A. C. Experiências de desenvolvimento territorial e controle social no governo brasileiro. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.